

## CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2021/2023

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RS004407/2021  
DATA DE REGISTRO NO MTE: 09/11/2021  
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR054402/2021  
NÚMERO DO PROCESSO: 14022.145125/2021-57  
DATA DO PROTOCOLO: 19/10/2021

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS METALURGICAS MECANICAS E DE MATERIAL ELETRICO DE GRAVATAI, CNPJ n. 03.735.720/0001-93, neste ato representado(a) por seu e por seu e por seu e por seu ;

E

SINDICATO DA IND DA REPARACAO VEIC E ACESS NO ERGSUL, CNPJ n. 92.946.359/0001-74, neste ato representado(a) por seu ;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de setembro de 2021 a 31 de agosto de 2023 e a data-base da categoria em 01º de setembro.

### CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Trabalhadores nas indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico**, com abrangência territorial em **Gravataí/RS**.

## Salários, Reajustes e Pagamento

### Piso Salarial

### CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

Ficam convenccionados, a partir de 1º de setembro de 2021, os seguintes pisos salariais para os trabalhadores abrangidos pela presente Convenção Coletiva de Trabalho:

1.1 - R\$ 1.613,23 (hum mil seissentos e treze reais e vinte e tres centavos) mensais, ou R\$ 7,33 (sete reais e trinta e tres centavos) por hora, para os trabalhadores que possuam experiência superior a 6 (seis) meses em atividade ligada à reparação de veículos.

1.2 - R\$ 1.445,40 (hum mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e quarenta centavos) mensais, ou R\$ 6,57 (seis reais e cinquenta e sete centavos centavos) por hora, para os trabalhadores que:

1.2.1 - ingressarem na área da reparação de veículos e que, na soma de períodos descontínuos de trabalho em empresas ligadas à reparação de veículos, não comprovem experiência superior a 6 (seis) meses, sendo esta comprovação feita exclusivamente mediante anotação na CTPS;

1.2.2 - não exerçam funções relacionadas com a atividade fim das empresas (serviços indiretos ou funções auxiliares, tais como Auxiliares Administrativos, Auxiliares de Escritório, Almojarifes, Contínuos/Office-Boys, Peceiros, Apontadores, Atendentes de Ferramentaria, Porteiros, Serventes e assemelhados);

1.2.3 - exerçam atividades ligadas à borracharia e lavagem de veículos.

Parágrafo Único - A presente cláusula, por ser de cunho econômico é uma exceção à vigência de dois anos, devendo ser revisada e pactuada na data base de 01.09.2022.

### **Reajustes/Correções Salariais**

#### **CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL**

**Em 01/09/2021** os trabalhadores que percebam salário superior aos pisos referidos na cláusula anterior serão reajustados em 10,42% (dez virgula quarenta e dois por cento) calculado sobre os salários praticados em 01/09/2020, permitidas a compensação dos reajustes espontâneos e/ou antecipações salariais concedidas no período de 01/09/2020 a 30/08/2021. Aos empregados admitidos após setembro/2020 será garantido reajuste proporcional.

Parágrafo Único - A presente cláusula, por ser de cunho econômico é uma exceção à vigência de dois anos, devendo ser revisada e pactuada na data base de 01.09.2022.

### **Pagamento de Salário – Formas e Prazos**

#### **CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO DE DIFERENÇAS**

As diferenças salariais geradas pela aplicação do reajuste salarial de 01/09/2021 poderão ser satisfeitas com a folha de pagamento relativa ao mês de outubro de 2021, sem qualquer acréscimo,

#### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO DE SALÁRIOS**

O pagamento de salários, adiantamento de salários ou verbas rescisórias, quando feitos após às 12 (doze) horas das sextas-feiras ou véspera de feriado bancário, somente poderão ser feitos em moeda corrente nacional.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - ADIANTAMENTOS**

As empresas concederão, quinzenalmente, no máximo até o dia 20 (vinte) de cada mês, um adiantamento salarial de valor equivalente a no mínimo 40% (quarenta por cento) da remuneração mensal.

#### **CLÁUSULA OITAVA - RECIBOS DE SALÁRIOS**

As empresas fornecerão a seus empregados cópia dos recibos de pagamento por estes firmados contendo a identificação da empresa e a discriminação das importâncias pagas e dos descontos efetuados.

#### **CLÁUSULA NONA - ARREDONDAMENTOS**

Feita a aplicação dos percentuais estabelecidos nas cláusulas anteriores sobre o salário mensal revisando será o resultado arredondado para a unidade de centavo imediatamente superior, quanto ocorrer a hipótese.

#### **Descontos Salariais**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - AUTORIZAÇÃO DE DESCONTOS**

Ficam autorizados os descontos no salário dos empregados quanto expressamente autorizados e quando se referirem as associações, fundações, cooperativas, clubes, seguros, previdência privada, transporte, refeições, compras no próprio estabelecimento, inclusive de ferramentas e utensílios de trabalho não devolvidos e convênios com médicos, dentistas, clínicas, óticas, funerárias, farmácias, hospitais, casas de saúde, laboratórios, lojas, e supermercados, bem como pelo fornecimento de ranchos e compras intermediadas pelo SÉSI, e mensalidades devidas ao Sindicato dos Trabalhadores.

Parágrafo Primeiro - Ficam ressalvados os descontos decorrentes de prejuízos causados por dolo ou culpa.

Parágrafo Segundo - O somatório dos descontos realizados com base nesta cláusula não poderá exceder a 70% (setenta por cento) do salário-base do empregador no mês.

## **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**

### **13º Salário**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GRATIFICAÇÃO NATALINA**

Fica assegurado o pagamento da gratificação natalina (13º. salário) aos empregados que permanecerem em gozo de auxílio-doença ou acidente de trabalho atestado pelo Instituto de Previdência, por período superior a 15 (quinze) dias e inferior a 180 (cento e oitenta) dias.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ADIANTAMENTO DO 13O. SALÁRIO**

Todo empregado terá direito, independentemente de requerimento, a receber 50% (cinquenta por cento) da gratificação natalina (13º natalina) por ocasião da concessão das férias.

### **Adicional de Hora-Extra**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - TRABALHO EM SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS**

As horas extras, nos dias úteis, serão pagas com adicional de 50% (cinquenta por cento) para as 2 (duas) primeiras e 100% (cem por cento) para as demais, excedentes à jornada compensatória. Em havendo esta jornada, as horas extras trabalhadas aos sábados serão pagas com adicional de 50% (cinquenta por cento) para as 4 (quatro) primeiras e com adicional de 100% (cem por cento) para as demais. As horas realizadas nos domingos e feriados serão pagas com o adicional de 100% (cem por cento).

**Parágrafo Único** - Poderão as empresas da categoria econômica realizar a compensação até o limite de um domingo por mês, e havendo trabalho em domingos excedentes de um no mês, as respectivas horas serão pagas com o adicional de 100% independentemente da folga compensatória em um dia da semana imediatamente anterior ou posterior ao dia do trabalho, salvo nos casos em que o empregado já tiver sido contratado, pela peculiaridade do trabalho, para o desempenho de atividades regulares aos domingos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - HORAS EXTRAS - FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO**

As empresas que exigirem de seus empregados a prestação de serviço de horas-extras com previsão estimada de uma hora e meia de trabalho, deverão fornecer aos mesmos um lanche ao término da jornada normal de trabalho, com duração de 10 minutos, computado esse período como hora-extra.

### **Adicional de Tempo de Serviço**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - QÜINQÜÊNIO**

As empresas pagarão a seus empregados, a título de adicional por tempo de serviço, o percentual de 3% (três por cento) sobre o salário contratual, por quinquênio de trabalho prestado pelo empregado ao mesmo empregador.

### **Adicional de Insalubridade**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**

Em face da decisão do Supremo Tribunal Federal, na RCL 6275, como forma de conciliar a nova realidade frente a eventual discussão sobre perdas salariais, e como resultado da mediação promovida pela Vice-Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e do Ministério Público do Trabalho, no Pedido nº 0021886-92.2018 5 04 0000, as partes ajustam, com efeito imediato, que a base de cálculo do adicional de insalubridade será o salário mínimo estadual do RS (ou Piso Salarial Regional), conforme previsto anualmente pelo Poder Legislativo do Estado do Rio Grande do Sul, para a faixa dos empregados metalúrgicos, de acordo com a Lei Complementar 103.

### **Comissões**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - INTEGRAÇÃO DE COMISSÕES**

Aos empregados que percebam parte da remuneração em comissões, fica assegurada a natureza salarial desta parcela. A integração da comissão em Férias e 13º Salário serão feitas da seguinte forma: as comissões serão integradas pela média de comissões dos últimos doze meses, corrigindo-se monetariamente os valores dos primeiros seis meses do período sobre o qual far-se-á a média para integração das comissões.

### **Auxílio Educação**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - EMPREGADO ESTUDANTE/ABONO**

Para o empregado que estiver estudando em escola de ensino fundamental ou médio ou equivalente, ou de nível superior, que seja de interesse do setor, as empresas concederão um abono escolar anual, que não terá natureza salarial, na seguinte forma:

- a) meio (0,50) piso salarial até 30 de outubro de 2021;
- b) meio (0,50) piso salarial até 30 de maio de 2022;
- c) meio (0,50) piso salarial até 30 de outubro de 2022;
- d) meio (0,50) piso salarial até 30 de maio de 2023.

**Parágrafo Único** - Considerando que a presente vantagem é para incentivar os trabalhadores ao estudo, e/ou formação profissional, para fazer jus ao abono o empregado deverá apresentar, até a data prevista para o pagamento de cada parcela, comprovante de matrícula e frequência às aulas.

### **Auxílio Morte/Funeral**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - AUXÍLIO FUNERAL**

No caso de falecimento do empregado, decorrente de comprovado acidente de trabalho ou doença profissional, a empregadora pagará ao cônjuge e, na falta desta, aos dependentes habilitados perante a Previdência Social, mediante a apresentação do comprovante fornecido por este órgão, a título de "auxílio funeral", importância equivalente a uma vez o piso normativo da categoria vigente à época do pagamento.

O pagamento deverá ser feito no prazo alusivo ao das verbas rescisórias, e a importância poderá ser objeto de compensação, em caso de condenação, em ação judicial, em despesas com o funeral havido.

Ficam excluídas desta obrigação as empresas que mantenham ou venham a manter seguro de vida para seus empregados, cuja parcela subsidiada do prêmio assegure indenização em valor igual ou superior ao estabelecido no "caput".

As entidades sindicais de trabalhadores convenientes concordam em incluir a indicação de que, na falta de designação do beneficiário pela Previdência Social, o auxílio será pago ao(s) dependente(s) constante(s) na ficha de registro do empregado.

### **Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades**

#### **Desligamento/Demissão**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - PAGAMENTO DE SALÁRIO OU RESCISÃO DE CONTRATO**

Tendo em vista a turbulência social e jurídica causada pelo advento da Lei n. 13.467, cujas consequências ainda serão debatidas por um período razoável de tempo, as partes entendem a necessidade de adequação

gradual às novas regras, motivo pelo qual ajustam, de acordo com o resultado da mediação promovida pela Vice-Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e do Ministério Público do Trabalho, no Pedido n. 0021886-92.2018.5.04.0000 que só deverão ser homologados perante o sindicato profissional os pedidos de demissão ou recibo de quitação de rescisão do contrato de trabalho, conforme os seguintes prazos de vigência:

- a) para os contratos de trabalho iniciados até 30/04/2018, quando a duração do contrato ultrapassar 8 meses;
- b) para os contratos iniciados após 01/05/2018, quando a duração do contrato ultrapassar 12 meses.

**Parágrafo Primeiro** - O Sindicato Profissional se obriga a fornecer as seguintes declarações:

- a) declaração de comparecimento da empresa, no caso de não comparecimento do trabalhador, desde que comprovado que o empregador deu efetiva ciência ao empregado, da data e hora em que deveria comparecer;
- b) nos casos de não homologação, justificativa escrita do motivo;
- c) nos casos em que a empresa solicitou agenda para a homologação e nesta não havia horário disponível dentro do prazo legal, fornecer declaração contendo o dia e hora mais próximos disponíveis.

**Parágrafo Segundo** - O não cumprimento, pelo sindicato, da obrigação contida no Parágrafo Primeiro, dá direito de a empresa denunciar a irregularidade ao Ministério do Trabalho, agendando a homologação naquele órgão.

**Parágrafo terceiro** - Nos casos de divergências sobre cálculo ou procedimento da rescisão, o prazo de homologação poderá ser prorrogado por mais 05 (cinco) dias, caso haja concordância do empregado, a fim de que seja negociada uma solução, inclusive com participação do sindicato patronal, se necessário. Não chegando as partes a um acordo e recusando-se o sindicato à homologação, deverá fornecer a declaração prevista na letra "b" do Parágrafo Primeiro.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DISPENSA POR JUSTA CAUSA - COMUNICAÇÃO POR ESCRITO**

Em caso de dispensa por justa causa, as empresas comunicarão por escrito ao empregado a falta determinante da rescisão. A falta de comunicação gerará a presunção de despedida imotivada. No caso de recusa do empregado em assinar a comunicação, ficará suprida a exigência mediante assinatura de duas testemunhas quanto à recusa.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - COMPROVAÇÕES DAS CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS**

Por ocasião da homologação da rescisão de contrato de trabalho, as empresas se obrigam a comprovar junto à entidade sindical de trabalhadores o pagamento das contribuições sindicais devidas pelo trabalhador, bem como o recolhimento da contribuição sindical devida pela empresa ao sindicato patronal, na vigência da presente convenção.

**Parágrafo único** - O sindicato profissional encaminhará trimestralmente ao sindicato da categoria econômica relatório das empresas que compareceram, no período, informando o respectivo CNPJ e a comprovação ou não dos recolhimentos de contribuição.

### **Aviso Prévio**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - FORMA DE CUMPRIMENTO**

Quando o empregado estiver cumprindo aviso prévio concedido pela empresa, as duas horas diárias a que tem direito para procurar outro emprego serão concedidas, conforme sua opção, no início do expediente diário, num dia completo, ou em duas manhãs durante a semana. Nestas duas últimas hipóteses, a empresa concederá as horas que restarem ou o empregado trabalhará as horas que excederem nos demais dias.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DISPENSA DE CUMPRIMENTO**

O empregado demitido no curso do aviso prévio da rescisão contratual, comprovando obtenção de novo emprego, no momento ou no curso do período, solicitar o seu imediato desligamento, ocorrendo, então, o encerramento do contrato sem o cumprimento e o pagamento do período restante, anotando-se a data de saída em sua CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social).

**Parágrafo único.** O empregado demitente também será liberado do cumprimento do aviso prévio, na forma do caput, quando comprovar novo emprego na mesma categoria abrangida na presente convenção.

### **Contrato a Tempo Parcial**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - CONTRATAÇÃO DE TRABALHO POR TEMPO PARCIAL**

Nos termos da MP 2.076 de 23.02.01, fica convencionada a contratação de trabalho por tempo parcial, observadas as seguintes condições:

- a)** as empresas poderão contratar trabalhadores para jornadas em tempo parcial, no limite de 25 (vinte e cinco) horas semanais com salário proporcional aos empregados da mesma empresa que cumprem jornada integral;
- b)** no caso de não existir empregado com jornada integral na mesma função, os salários serão proporcionais ao último empregado que trabalhou na empresa, até um ano de sua contratação;
- c)** é vedado às empresas demitir para admissão de novo empregado na mesma função com jornada reduzida;
- d)** a categoria econômica da reparação de veículos e acessórios poderá contratar empregados por tempo determinado nos termos da Lei nº 9.601, de 21.01.1998.



## **Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - ANOTAÇÃO NA CTPS**

As empresas anotarão na Carteira de Trabalho e Previdência Social de seus empregados suas corretas funções de acordo com a legislação e normas regulamentares e técnicas em vigor.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DOCUMENTOS FORNECIDOS NA RESCISÃO**

Quando da rescisão do contrato de trabalho a empresa deverá fornecer ao empregado a RSC – Relação dos Salários de Contribuição, conforme formulário próprio do INSS, devidamente preenchida, assim como o SSS-132 aos que forem pintores, chapeadores ou soldadores.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - PERFIL PROFISSIOGRAFICO PREVIDENCIARIO (PPP)**

As empresas da categoria econômica comprometem-se, ao preencher o formulário do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), descrever as reais condições de trabalho do empregado, sob pena de responder por eventual omissão. O Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), deverá ser emitido, obrigatoriamente, por ocasião do encerramento do contrato de trabalho, para fins de requerimento de reconhecimento de períodos laborados em condições especiais e para fim de concessão de benefício ou incapacidades quando solicitado pela perícia médica do INSS.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - RETENÇÃO DA CTPS - INDENIZAÇÃO**

Será devida ao empregado a indenização correspondente a 01 (um) dia de salário básico, por dia de atraso, pela retenção de sua carteira profissional após o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, limitada a multa de 06 (seis) meses do salário básico do empregado prejudicado.

## **Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades**

### **Estabilidade Mãe**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - ESTABILIDADE PROVISÓRIA DA GESTANTE**

Terá direito à garantia de emprego a empregada gestante até 90 (noventa) dias após o término da garantia prevista no art. 10, inciso II, letra “b”, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

## Estabilidade Aposentadoria

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EMPREGO OU TRABALHO AO APOSENTANDO

Ao empregado que estiver trabalhando pelo menos há 01 (um) ano na empresa, é garantido o emprego ou salário pelo período de 12 (doze) meses que antecedem a aposentadoria.

**Parágrafo Primeiro:** Para usufruir deste benefício, o empregado deverá comunicar por escrito ao empregador tal situação, bem como apresentar documento hábil fornecido pelo INSS à comprovação do seu direito.

**Parágrafo Segundo:** Esta garantia cessa automaticamente ao final dos 12 (doze) meses referidos no “caput”, ficando rescindido o contrato de trabalho.

**Parágrafo Terceiro:** O empregado não poderá usar mais de uma vez este direito.

**Parágrafo Quarto:** Não estão abrangidos por esta garantia os casos de cometimento de falta grave e a cessação de atividades por extinção do estabelecimento do empregador.

### Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - VACINA

Quando da admissão, o empregador exigirá comprovante de vacina antitetânica do empregado; caso não possua a vacina, deverá fazê-la e comprovar juntamente com os demais documentos admissionais.

### Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

#### Prorrogação/Redução de Jornada

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - BANCO DE HORAS

Fica instituído o Banco de Horas, que se regerá pelas seguintes normas:

**Parágrafo Primeiro:** Para as empresas que integram a categoria econômica da reparação de veículos e acessórios, objetivando alcançar maior elasticidade de prestação de serviços e evitar a dispensa de trabalhadores, é assegurado o direito de compensar as horas extraordinárias avençadas na presente convenção, através de majoração do horário diário, com redução de horário futuro, e vice-versa, respeitando o período de vigência da presente convenção. A adoção do regime previsto nesta Cláusula exclui a compensação prevista na Cláusula 34ª (trigésima quarta) desta Convenção.

**Parágrafo Segundo:** O volume de horas extraordinárias a serem compensadas não poderá exceder a 180 (cento e oitenta) horas-ano, por funcionário, respeitando o limite de 11 (onze) horas entre 2 (duas) jornadas,

previsto no artigo 66, da CLT, considerando o período de 01.09.2021 (primeiro de setembro de dois mil e vinte e um) a 30.08.2023 (trinta de agosto de dois mil e vinte e três).

**Parágrafo Terceiro:** As horas extras assim laboradas, sob o sistema de Banco de Horas, não sofrerão qualquer acréscimo, sendo remuneradas como horas normais.

**Parágrafo Quarto:** Não haverá redução salarial, no período em que for reduzida a jornada de trabalho, assim como não haverá acréscimo de remuneração, quando forem laboradas horas extraordinárias sob o regime de Banco de Horas.

**Parágrafo Quinto:** O presente Sistema de Banco de Horas não implica na garantia de estabilidade no emprego.

**Parágrafo Sexto:** Fica estabelecido que os empregados que tiverem horas a recuperar junto à empresa, que será dada a oportunidade para que estes as recuperem no período determinado pela empresa.

**Parágrafo Sétimo:** A não observância desta determinação, ou a demissão antecipada, acarretará ao funcionário o desconto em folha de pagamento, das horas não recuperadas.

**Parágrafo Oitavo:** As empresas deverão informar com antecedência mínima de 10 (dez) dias ao Sindicato Profissional quando da adoção do Banco de Horas bem como fornecerão a listagem dos funcionários com horas em haver e/ou a pagar, a cada trimestre, quando solicitado.

**Parágrafo Nono:** As empresas que optarem pelo regime de Banco de Horas previsto nesta cláusula reduzirão a jornada normal de trabalho dos empregados a ele sujeitos, de 44 para 43 horas semanais.

### **Compensação de Jornada**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - COMPENSAÇÃO DE JORNADA**

Para os fins do art. 7º, inciso XIII, da Constituição Federal, as empresas, respeitando o número de horas de trabalho contratual semanal, poderão ultrapassar a duração normal de 08h (oito horas) diárias, até o máximo legal permitido, visando a compensação de horas não trabalhadas aos sábados, sem que este acréscimo seja considerado como horas extras, inclusive em atividades insalubres sendo desnecessária a licença prévia de que trata o art. 60 da CLT, com a ressalva de que, quando se tratar de empregado do sexo feminino ou menor, haja autorização do médico da empresa ou do sindicato suscitante.

**Parágrafo Primeiro:** A faculdade outorgada às empresas nesta cláusula restringe-se ao direito de estabelecer ou não o regime de compensação. Estabelecido o regime, não poderá ser suprimido sem a concordância prévia do empregado, salvo se decorrer de imposição legal ou judicial.

**Parágrafo Segundo:** Instituída a compensação de jornada, quando houver feriado que recair em sábado, o empregado poderá suprimir a compensação na semana que preceder o feriado, compensar as horas com folga em outro dia da semana ou pagar as horas objeto de compensação com adicional de 50% (cinquenta por cento).

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - FERIADOS PROLONGADOS**

Mediante acordo escrito entre empregador e empregados, com antecedência mínima de 10 (dez) dias para conferência escrita do sindicato dos trabalhadores, poderá ser suprimido o trabalho, com recuperação das horas não trabalhadas, nos feriados em dia útil intercalado entre feriado e fim de semana e nas trocas de feriados por dia útil, nos estabelecimentos ou setores determinados da empresa. A iniciativa do acordo poderá partir tanto da empresa como dos empregados.

**Parágrafo único** - O sindicato profissional poderá requisitar à empresa cópia da listagem dos trabalhadores que utilizaram o descrito no “caput”.

## **Faltas**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - EMPREGADO ESTUDANTE - AUSÊNCIA**

O empregado estudante em curso do ensino fundamental ou médio ou equivalente, ou de nível superior, será dispensado e terá abonada sua ausência ao trabalho, para prestar exames, quando ocorrer coincidência de horário, devendo comprovar o fato no prazo de 72 horas (setenta e duas horas) imediatamente posteriores.

## **Férias e Licenças**

### **Outras disposições sobre férias e licenças**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - FÉRIAS - DIA DE INÍCIO**

Fica assegurado ao empregado o direito de não ter suas férias iniciadas em sextas-feiras ou vésperas de “feriadões”, inclusive Natal e Ano Novo.

**Parágrafo único:** Na ocorrência da situação prevista acima o empregado terá direito a 01 (um) dia de acréscimo ao final das férias, salvo quando houver compensação de jornada na forma da cláusula 34º (trigésima quarto), quando o acréscimo ao final será de 2 (dois) dias.

## **Saúde e Segurança do Trabalhador**

### **Equipamentos de Proteção Individual**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - EQUIPAMENTOS - UNIFORMES**

As empresas fornecerão gratuitamente aos seus empregados, os equipamentos de proteção e segurança obrigatórios, nos termos da legislação específica sobre higiene e segurança do trabalho. Fornecerão, também, gratuitamente uniformes e seus acessórios.

**Parágrafo Único:** Os empregados se obrigam ao uso, manutenção e limpeza adequados dos equipamentos que receberem, independentemente de fiscalização da empresa, e a indenizar esta por extravio ou dano. Poderá ser o empregado impedido de trabalhar, com a perda respectiva do salário e da

freqüência, quando o mesmo não se apresentar ao serviço com os respectivos uniformes e/ou equipamento de segurança, ou ainda, se apresentar com estes em condições de higiene ou de uso inadequados. Quando extinto ou rescindido o contrato de trabalho, o empregado deverá devolver os equipamentos e/ou uniformes de seu uso e que são de propriedade da empresa.

### **CIPA – composição, eleição, atribuições, garantias aos cipeiros**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - CIPA - RELAÇÃO DE ELEITOS**

É de 10 (dez) dias, a contar da data de eleição, o prazo para os empregadores comunicarem ao sindicato profissional a relação dos eleitos para a CIPA.

### **Aceitação de Atestados Médicos**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - ATESTADOS MÉDICOS**

Os atestados médicos para justificar faltas ao trabalho, fornecidos pelo Instituto de Previdência, por médicos ou dentistas que atendam através do sindicato suscitante, terão a mesma validade que os atestados médicos fornecidos por médicos das empresas.

### **Relações Sindicais**

#### **Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - ACESSO DOS DIRIGENTES AOS LOCAIS DE TRABALHO**

As empresas permitirão o acesso da Diretoria da entidade sindical de trabalhadores ou de preposto devidamente credenciado através de credencial que será, obrigatoriamente, emitida pelas entidades ora acordantes, pena de invalidade do documento, com o objetivo de propiciar a fiscalização do cumprimento do presente acordo e a distribuição de boletins ou convocações da entidade sindical de trabalhadores e que objetivem o aprimoramento das relações trabalhador-empresa. O acesso será permitido mediante agendamento prévio junto à empresa, em áreas delimitadas e durante os intervalos destinados ao descanso.

### **Contribuições Sindicais**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - DESCONTO NEGOCIAL**

Fica estabelecida a taxa negocial no valor de R\$ 30,00 (trinta reais), a ser descontada dos trabalhadores no mes de setembro de 2021, devendo ser recolhida aos cofres do Sindicato dos Trabalhadores até o 10º dia

do mes seguinte ao que for efetivado o desconto. Em cumprimento ao Termo de Ajuste de Conduta - TAC nº 157/2014, IC 000705201104000/4, firmado junto ao Ministério Público do Trabalho, fica assegurado aos trabalhadores o direito a manifestação contrária a esse desconto, o qual deverá ser exercido entre os dias 13 a 22 de outubro do corrente ano, na sede do Sindicato dos Trabalhadores, no horário das 14hs às 18hs.

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA CUSTEIO DA REPRESENTAÇÃO SINDICAL (CRS)**

As empresas pertencentes a categoria econômica da reparação de veículos, de acordo com deliberação de sua Assembleia Geral, deverão recolher em favor do SINDICATO DA INDÚSTRIA DA REPARAÇÃO DE VEÍCULOS E ACESSÓRIOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SINDIREPA-RS, para o Custeio da Representação Sindical Patronal e cobertura das despesas inerentes à negociação da presente Convenção, as seguintes contribuições:

- 1) até o dia 10 de novembro de 2021 importância equivalente a 3% (três por cento) do total da folha de pagamento de setembro de 2021 com salários já reajustados pela presente Convenção;
- 2) até o dia 10 de novembro de 2022 importância equivalente a 3% (três por cento) da folha de pagamento de setembro de 2022, com salários a serem reajustados para o segundo período desta Convenção;
- 3) cada parcela de contribuição terá o valor mínimo de R\$ 120,00 (cento e vinte reais);

**Parágrafo Primeiro** - As empresas deverão informar o valor devido ao SINDIREPA/RS para a emissão do respectivo documento de cobrança utilizando-se do endereço eletrônico [sindirepa.poa.rs@gmail.com](mailto:sindirepa.poa.rs@gmail.com)

**Parágrafo Segundo:** O não pagamento das importâncias nas datas prevista implicará em multa de 2% (dois por cento) sobre o valor a ser recolhido, acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária pelo índice do INPC (IBGE) pro rata, em favor do Sindicato patronal.

#### **Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - REPASSE DAS MENSALIDADES**

As empresas se comprometem a repassar aos Sindicatos dos Trabalhadores, no prazo de 48h (quarenta e oito horas), a cada mês, as mensalidades descontadas de seus empregados.

#### **Outras disposições sobre representação e organização**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - ENQUADRAMENTO SINDICAL**

O enquadramento das categorias econômica e profissional representadas pelos sindicatos convenientes se dá na forma do Quadro Anexo ao artigo 577 da CLT, dentro do 14 ° GRUPO - Indústrias metalúrgicas, mecânica e de material elétrico”, respectivamente, “indústria de reparação de veículos e acessórios” e sindicato profissional dos “Trabalhadores nas Indústrias metalúrgicas, mecânica e de material elétrico”.

**Disposições Gerais**

**Descumprimento do Instrumento Coletivo**

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - MULTA - DESCUMPRIMENTO DE CLAUSULA**

Fica fixada multa de 10% do salário básico em favor do empregado prejudicado, por descumprimento de cláusula de obrigação de fazer, contida na presente Convenção, salvo quando a própria cláusula, ou a CLT, já contiver previsão de penalidade.

**MOACIR DOS SANTOS BITENCOURT**

Procurador

**SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS METALURGICAS MECANICAS E DE  
MATERIAL ELETRICO DE GRAVATAI**

**VALCIR ASCARI**

Membro de Diretoria Colegiada

**SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS METALURGICAS MECANICAS E DE  
MATERIAL ELETRICO DE GRAVATAI**

**NOELDI LEAL TRINDADE**

Membro de Diretoria Colegiada

**SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS METALURGICAS MECANICAS E DE  
MATERIAL ELETRICO DE GRAVATAI**

**KAREN MULITERNO DE ANDRADE**

Procurador

**SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS METALURGICAS MECANICAS E DE  
MATERIAL ELETRICO DE GRAVATAI**

**ADOLFO ERWIN GERHARD GOLDBERG**

Vice-Presidente

**SINDICATO DA IND DA REPARACAO VEIC E ACESS NO ERGSUL**

**ANEXOS**

**ANEXO I - ATA DE ASSEMBLEIA**

[Anexo \(PDF\)](#)

## **ANEXO II - PROCURAÇÃO 1**

[Anexo \(PDF\)](#)

## **ANEXO III - PROCURAÇÃO 2**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.